



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0792/24
PLCL Nº 040/24

LEI COMPLEMENTAR Nº Nº 1.053, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Inclui art. 5º-C na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, determinando que os estabelecimentos comerciais que prestam serviços de banho e tosa em cães e gatos domésticos deverão filmar e armazenar as gravações desses serviços.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber, no uso das atribuições que me obrigam os §§ 3º e 7º do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a Lei Complementar nº 1.053, de 05 de novembro de 2025, como segue:

Art. 1º Fica incluído art. 5º-C na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012, conforme segue:

“Art. 5º-C Os estabelecimentos comerciais que prestam os serviços de banho e tosa em cães e gatos domésticos deverão filmar e armazenar as gravações desses serviços.

§ 1º Os tutores dos animais terão direito de acesso às imagens relativas ao atendimento de seu animal.

§ 2º As gravações deverão ser adequadamente armazenadas por 7 (sete) dias, contados da data de retirada do animal.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o estabelecimento infrator à multa no valor de 1.000 (mil) Unidades Financeiras Municipais (UFMs).”

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 3 (três) meses, contados da data de publicação desta Lei Complementar, para a adequação dos estabelecimentos comerciais que prestam serviços de banho e tosa

em cães e gatos domésticos ao disposto no art. 5º-C da Lei Complementar nº 694, de 2012.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Rodrigues Silveira Gerhard, Presidente**, em 06/11/2025, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Jose Albrecht, Vereador**, em 18/11/2025, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0992121** e o código CRC **357CB4E6**.
